I.

União Europeia e Nações Unidas lamentam retirada da Áustria do Pacto Global de Migração.

Ministério Público espanhol pede 25 anos de prisão para líder independentista da Catalunha, Oriol Junqueras. O Ex-vice-presidente da Generalitat considera a pena pedida desproporcionada.

Ainda em análise neste Magazine Europa: Paris, Londres e Berlim condenam sanções dos Estados Unidos ao Irão.

II.

A Comissão Europeia e a ONU lamentam a saída da Áustria de retirar-se do Pacto Global de Migração. Viena argumenta que o acordo pode ser uma ameaça à soberania nacional, como nos conta a jornalista Lina Ferreira.

"Lamentável". Foi esta a reacção da Comissão Europeia à opção do governo de Sebastian Kurz de sair do Pacto Global da Migração.

Numa conferência de imprensa, a porta-voz comunitária disse que Bruxelas vai continuar a trabalhar para melhorar a gestão da crise das migrações, tanto dentro como fora do bloco, respeitando os compromissos assumidos globalmente.

Também a ONU reagiu negativamente à saída de Viena. O problema da migração só pode ser solucionado através da cooperação internacional, reforçaram as Nações Unidas.

O chanceler austríaco Sebastian Kurz anunciou na semana passada a retirada do pacto, por considerar que este pode estabelecer as bases para que seja considerado um direito humano.

Kurz disse que é importante que a Áustria não adquira um compromisso de direito internacional consuetudinário.

Viena não quer que o pacto seja utilizado para modificar legislação nacional ou internacional, defendendo também que não pode haver uma mudança de competências dentro da União Europeia.

+++

E para nos falar deste e de outros temas temos ao telefone desde Bruxelas Victor Ângelo, consultor internacional e comentador residente do Magazine Europa. Victor, Sebastian Kurz evocou questões de soberania, garantiu que não vai marcar presença na cerimónia de aprovação deste pacto, que está marcada para Dezembro. Era esperada esta decisão? Creio que não, creio que apareceu como uma surpresa. No entanto, já a Hungria e a Polónia tinham dito que não assinariam este pacto. Depois aparece o chanceler da Áustria e agora, esta semana, muito provavelmente, será a República Checa a anunciar que também não assina o Pacto Global sobre as Migrações. Ou seja, nós temos aqui um pequeno conjunto de países europeus que por razões de política interna querem mostrar que quando se trata de migrações, isto é uma questão soberana e eles é que decidem e não alinham, nem com políticas europeias, nem com políticas das Nações Unidas.

Já se conhecia a visão da Polónia, da Hungria e também da Áustria em relação à migração. O que é que podem significar estas têm retiradas, particularmente a da Áustria, que detém neste momento a presidência rotativa da União Europeia?

Na Áustria, a questão da emigração é uma questão muito importante. A Áustria elegeu este governo, um governo muito à direita, com base numa agenda anti-imigração. Por outro lado, os austríacos sentem-se muito vulneráveis em relação à passagem e à fixação de imigrantes na Áustria, sobretudo a partir do momento em que as políticas de imigração na Alemanha se tornem mais rígidas e que impecam a fixação na Alemanha de certos imigrantes. E esses imigrantes terão, por isso, a Áustria como alternativa. Ou seja, a questão migratória é uma questão muito central para a política de direita do Governo austríaco e é evidente que eles querem mostrar, não só que em relação a isso estão extremamente vigilantes, mas também que o governo austríaco - quando se trata de defender a identidade nacional e questões consideradas de soberania - é um governo forte e é um governo capaz de fazer finca-pé não só em relação a Bruxelas, mas também em relação a outras entidades globais.

De que forma é que estas saídas podem afectar o Pacto Global de Migração? Os Estados Unidos também não estão neste pacto, certo? Verdade, os Estados também foram os primeiros, aliás, a anunciar que não assinariam este pacto. A questão migratória vai ser uma das grandes questões globais e as Nações Unidas pensaram - e bem - que seria importante que houvesse uma espécie de acordo global que definisse quais seriam os princípios básicos no tratamento dos migrantes, porque o pacto é meramente um guião, não é um documento da lei internacional, ou seja, o pacto não é de implementação obrigatória. Trata-se simplesmente de definir um quadro de referência em relação aos imigrantes e em relação às migrações, ou seja, temos aqui um enunciado de uma série de valores e de uma certa solidariedade internacional e é apenas disso

que se trata. A soberania nacional dos Estados que venha a assinar este pacto não está a ser posta em causa porque cada país pode depois aplicar este pacto à sua maneira e tendo em conta as suas circunstâncias nacionais e nomeadamente a política interna que prevaleça nessa altura no país.

Passando para outros temas, na semana passada demos aqui conta do anúncio de Angela Merkel, que confirmou que não se vai recandidatar à presidência do partido. Também que este é o seu último mandato que vai fazer como chefe de governo. Vai ser um novo capítulo para a Alemanha e uma mudança grande também na liderança europeia?

Sim, certamente. Merkel tem sido ao longo dos últimos anos um farol, digamos assim, em termos das políticas europeias. Ela tem marcado de uma maneira muito clara a agenda europeia, quer no que diz respeito a uma maior integração, quer ainda no que diz respeito a uma gestão mais séria das economias europeias. Foi ela também que marcou claramente há três anos a agenda migratória europeia. Ou seja, Merkel foi e tem sido um gigante em termos da política europeia. A verdade é que naturalmente, ao anunciar a sua saída, ela anuncia a saída numa altura em que apesar de tudo, Merkel continua a ser o líder mais popular dentro do espaço europeu. Terá certamente muita gente que não está de acordo com ela, mas tem muita gente que admira a maneira corajosa e a maneira equilibrada como tem feito política, quer ao nível interno, mas sobretudo, na nossa perspectiva, ao nível europeu.

Quem é que poderá suceder a Merkel e que futuro poderá ter o partido CDU?

Provavelmente ou o candidato que ela propõe, que é uma senhora, que é a secretária-geral do partido de Angela Merkel, uma senhora chamada Annegret Kramp-Karrenbauer. Ou então um candidato chamado Friedrich Merz, que é o candidato, digamos assim, do mundo dos negócios. E neste momento, quer um quer o outro têm muitas hipóteses. Se for o candidato Friedrich Merz, nós assistiremos, por um lado, a uma viragem mais conservadora do partido de Angela Merkel, mas também teremos nessa altura um candidato que é fortemente europeu. Se for a senhora Annegret Kramp-Karrenbauer, nós iremos assistir à continuação da política de Angela Merkel, mas evidentemente com outro tipo de rosto à frente do partido.

Eu penso que de qualquer modo nós iremos assistir muito provavelmente a uma viragem à direita do partido CDU. Angela Merkel tem feito uma agenda, uma política muito ao centro e muito provavelmente isso tem prejudicado a votação e tem prejudicado o apoio popular em relação a um partido que é tradicionalmente um partido do centro-direita e não um partido do centro-centro.

### III.

Já voltamos à análise com Victor Ângelo.

Em Espanha, o Ministério Público acusou de rebelião os líderes do processo independentista da Catalunha e pediu 25 anos de prisão para o ex-vice-presidente do governo regional. Um trabalho da Antena 1.

Oriol Jungueras é um dos 18 acusados no âmbito do chamado `Processo Catalão' e um dos oito que se encontram detidos. Para os outros três - Carmen Forcadell, Jordi Cuixart e Jordi Sánchez - o procurador pediu 17 anos de prisão. O Ministério Público considera que o ex-vice-presidente da Generalitat, a ex-presidente do Parlamento Catalão e os ex-dirigentes da Assembleia Nacional Catalã e da Òmnium Cultural são os responsáveis máximos do delito de rebelião. Na semana passada, o actual presidente da Generalitat, Quim Torra, tinha ameaçado paralisar a Catalunha se os dirigentes catalães que estão acusados e que devem começar a ser julgados já no início de 2019, não fossem absolvidos. Em causa está o referendo ilegal sobre o estabelecimento de uma República da Catalunha independente de Espanha, mas também estão em causa os protestos, os confrontos e a greve de dois dias que se seguiram à consulta popular. Torra, o sucessor de Carles Puigdemont, ex-presidente da Generalitat e que não está preso, porque fugiu para para a Bélgica, já admitiu que a declaração unilateral da independência não correu bem devido àquilo que classifica de máquina repressiva do Estado espanhol.

+++

Oriol Junqueras considerou desproporcionada a pena pedida pelas autoridades.

Entretanto, por solicitação do primeiro-ministro Pedro Sánchez, Abogacía del Estado pediu metade desta pena, ilibando-o do crime de rebelião. A acusação baixou então para 12 anos ao passar o crime para sedição. Pediram-se também 10 anos para Carmen Forcadell e oito anos para Jordi Cuixart e Jordi Sánchez.

Victor, Junqueras disse que qualquer sentença que não seja a absolvição será uma sentença injusta. Os independentistas falam de repressão do Governo de Madrid. Madrid quer aqui dar o exemplo? Eu creio que sim, eu creio que nós estamos perante, por um lado, um sistema jurídico e um sistema de justiça que é extremamente severo. É severo não só em relação a esse caso, mas é severo em relação a muitos outros casos. O sistema de justiça espanhol é

conhecido pela maneira extremamente agressiva com que trata todos os casos que caem nas suas mãos. Por outro lado, neste caso da Catalunha, nós temos aqui um problema, que não está resolvido. Isso está a tentar resolver-se nos tribunais um problema que é fundamentalmente uma questão política. E isso evidentemente não irá de modo algum permitir encontrar uma solução para uma questão que continua a ser a questão mais grave que a Espanha tem pela sua frente. Mais tarde ou mais cedo, o Governo de Madrid tem que encontrar uma solução que permita apaziguar os espíritos na Catalunha e, ao mesmo tempo, responder a algum nacionalismo que existe não só na Catalunha, mas também no resto de Espanha. Aliás, a grande questão neste momento em Espanha é do confronto entre dois tipos de nacionalismos. Por um lado, o nacionalismo do Reino Espanhol e o velho nacionalismo castelhano, e por outro lado o nacionalismo catalão. E é preciso resolver isso, é preciso que haja alquém que tenha o equilíbrio suficiente para perceber que é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois tipos de nacionalismo que estão em jogo.

Um ano depois, como é que olha a Europa para este processo catalão?

Bruxelas está relativamente satisfeita por este problema não ter voltado à agenda europeia. Na realidade, este problema desapareceu em certa medida das discussões europeias, mas a verdade é que muitos dirigentes europeus olham para a Espanha com alguma surpresa, no sentido de que vêem a Espanha a tentar resolver de uma maneira repressiva e de uma maneira meramente técnico-jurídica um problema que na realidade é um problema político. No entanto, na Europa, e particularmente em Bruxelas, prefere-se que isto seja um problema nacional espanhol e não um problema europeu. A Europa já tem problemas suficientes e não quer começar a tratar dos problemas internos de cada um dos estados-membros.

E que implicações teve este processo ao nível, por exemplo, de algum possível efeito de contágio na Europa?

Havia de facto o receio de contágio e nomeadamente num país como a Bélgica, tendo em conta que a Bélgica é um país já muito fracturado politicamente e em termos de identidades. Mas a verdade é que o contágio não se realizou e, embora os dirigentes da Catalunha tivessem procurado fazer com que o problema catalão se transformasse também num problema de outras regiões da Europa e assim encontrassem alguma solidariedade, a verdade é que eles não conseguiram e esta questão continua a ser meramente uma questão vista como uma questão interna de Espanha.

# Victor Ângelo aqui sobre a situação na Catalunha.

Hoje ainda neste Magazine Europa: Países da União Europeia como a Alemanha, França e Reino Unido condenaram a reimposição pelos Estados Unidos de sanções ao Irão.

Um comunicado conjunto diz que estes países têm o objectivo de proteger os actores económicos europeus, que estão envolvidos em trocas comerciais legítimas com Teerão.

Este comunicado foi assinado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, França e Reino Unido e também pela chefe da diplomacia da União Europeia, Federica Mogherini.

Seis meses depois de se ter retirado do acordo sobre o nuclear iraniano, Donald Trump confirma a nova imposição de sanções mais duras, visando o petróleo e os bancos e que entraram em vigor ontem, segunda-feira.

## **Donald Trump: Presidente dos Estados Unidos da América**

São sanções muito sérias, são fortes, mas como sabem, o Irão cometeu um grande erro. Já não é o mesmo país que era, quando eu comecei há quase dois anos. O Irão está muito diferente desde que saímos do tratado. É um dos tratados mais ridículos alguma vez feito por algum país em tempo algum.

Victor, eu perguntava-lhe, que desafios colocam estas sanções às economias europeias?

Muitos desafios. A Europa tinha investido nos últimos dois ou três anos de uma maneira espectacular no Irão. Tinha voltado em força do ponto de vista económico ao Irão, nomeadamente no que diz respeito às indústrias do sector automóvel, por exemplo. A Renault era um dos grandes investidores em termos da produção automóvel no Irão. Por outro lado, o sistema bancário europeu voltou a ter ligações financeiras muito fortes com o Irão, até porque o Irão é um mercado relativamente importante. E neste momento, por causa destas sanções, a Europa tem de repensar completamente, e as empresas europeias estão a pensar retirar-se do espaço económico iraniano e a cortar qualquer tipo de relações económicas com o Irão

É verdade que a União Europeia está a pôr de pé o mecanismo que permite proteger as companhias europeias das sanções americanas, mas a verdade é que as companhias europeias também precisam de manter relações comerciais e financeiras com os Estados Unidos e se tiverem que escolher, preferem sair do Irão e continuar a trabalhar com os Estados Unidos. Ou seja, nós vamos assistir nos próximos tempos à saída em massa dos investimentos e das companhias europeias que trabalhavam e que têm estado a trabalhar no Irão e rapidamente o Irão vai ficar isolado em termos

económicos e financeiros. E isto, evidentemente, é muito grave. Eu consideraria mesmo que é um acto de guerra em relação ao Irão.

Então isso quer dizer também que o Pacto Nuclear Iraniano pode estar condenado.

O pacto nuclear iraniano está condenado, porque na realidade, o Irão só tinha aceitado o pacto com base no facto de que ao parar os seus investimentos nucleares, o Irão iria beneficiar de um relacionamento económico muito forte com os países mais desenvolvidos. A partir da altura em que isso não se verifica, é evidente que o Irão tem em certa medida toda a vantagem em continuar a investir na indústria nuclear. Só que o Irão vai estar numa situação económica extremamente complicada. É preciso não esquecer que as exportações de petróleo e de gás no Irão vão ser praticamente impedidas. E, apesar das excepções que os Estados Unidos anunciaram ontem em relação a oito países - e nomeadamente em relação à China que pode durante algum tempo continuar a importar petróleo vindo do Irão - a verdade é que mesmo esses oito países estão a reduzir de uma maneira rapidíssima as suas importações do Irão e o Irão vai ficar não só totalmente isolado, mas vai ficar também sem qualquer tipo de recursos económicos para não só continuar as importações necessárias para a sobrevivência das suas populações, mas também vai encontrar-se com muitas dificuldades financeiras para continuar o programa nuclear.

### V.

Voltamos a Victor Ângelo para a semana no Magazine Europa.

Hoje ainda na nossa nota cultural digo-lhe que os escritores portugueses Hélder Gomes Cancela, Bruno Vieira Amaral e Luís Quintais estão entre os dez finalistas do Prémio Oceanos de literatura, segundo anúncio do júri de selecção do prémio, em São Paulo, Brasil.

Cancela é candidato com o romance "As pessoas do drama", vencedor do Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores. Bruno Vieira Amaral concorre com "Hoje estarás comigo no paraíso", segundo romance do escritor. Já Luís Quintais encontra-se entre os finalistas com "A noite imóvel", obra que sucedeu a "Arrancar penas a um canto do cisne".

Ficamos hoje por aqui, regressamos na próxima terça-feira.

## [ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +. Estamos no Facebook em Magazine Europa.